

são de Constituição e Justiça, líder do Governo, que tem sofrido acusações perante a imprensa. Numa coincidência, Sra. Presidente, justamente em momentos que antecedem a votação nesta Casa da eleição do TCE, o Deputado Márcio Pacheco é atacado pela imprensa de forma covarde. E aqui não vou entrar na seara de, por exemplo, dizer que uma das pessoas que é objeto da reportagem é uma das maiores autoridades no que se refere ao tema da pessoa com deficiência.

Causa-me muita espécie também, Presidente, o fato de uma mulher não poder ocupar um espaço de poder, fruto da sua capacidade pessoal. Ora, a Subsecretária está sendo enxovalhada na imprensa por conta de ocupar um espaço para o qual ela se preparou durante a vida inteira. Tem uma relação de confiança com o Governador Cláudio Castro de muitas décadas juntos e me causa espanto que ninguém sai em defesa para garantir o direito de uma mulher ocupar um espaço de poder. Logo tanta gente aqui neste plenário que fala sobre a mulher ocupar o lugar que bem entender na política. Ou seja, ninguém sai em defesa do direito de uma mulher ocupar um espaço de poder.

Pois bem, eu não vou entrar na seara do mérito da questão, mas eu vou para o segundo ponto da minha palavra pela ordem, que é mais uma vez o Deputado "Zé do Caixão", esse que quer ser candidato ao Governo do Rio de Janeiro, esse que se aproveita de todos os momentos de tragédia, que chegou a Petrópolis cinco dias depois da tragédia, arrumadinho, com as suas roupas de grife, e saiu arrumadinho, com as suas roupas de grife, fazendo a papagaiada de sempre. É o mesmo que faz papagaiada em cima do cadáver da Vereadora assassinada e fatura dinheiro com isso, porque vendeu os direitos autorais para uma empresa de *streaming*.

Há rumores de que comprou uma casa no sul da Bahia, fruto dessa negociação vexatória em troca da venda da imagem da Vereadora assassinada. Além de tudo que faz de prejudicial, de nefasto, além da narrativa de legalização de droga, do aborto, contra a vida, contra as instituições, esse mesmo "Zé do Caixão", que permite se fotografar ao lado dos piores traficantes de droga deste Estado, esse indivíduo usou mais uma vez as suas redes sociais para promover ataques de ordem contra o nosso colega Deputado Márcio Pacheco e, consequentemente, contra o Governador Cláudio Castro. Ele se utiliza, a todo momento, de toda tragédia, de todo fato que gera algum clamor; ele se vale, em vez de estar preocupado em resolver problemas do Rio de Janeiro, da tragédia, do problema para fazer alarido em redes sociais.

Pois bem, Sra. Presidente, eu estou colhendo assinaturas neste momento para que possamos instalar nesta Casa a CPI da milícia do Sr. Marcelo Freixo. Esse mesmo Deputado tem ao seu dispor força policial ilegalmente cedida pelo Estado, podendo causar prejuízo para esses servidores públicos. Isso já foi objeto de inúmeras discussões minhas neste plenário. Ele utiliza, neste exato momento, servidores cedidos para a Assembleia Legislativa, sendo um Deputado Federal. Ele não tem relação alguma com a Assembleia Legislativa.

Agora, com a mudança do comando da Polícia Civil - coalharam a Polícia Civil e houve trocas de comando, o que é natural quando um novo secretário assume -, para a nossa surpresa, apareceram mais policiais civis. Dessa vez, policiais civis, não mais policiais penais. Ele tem um batalhão de policiais penais ao seu dispor, ilegalmente ao seu dispor. Agora, descortinou-se que ele tem policiais civis, clandestinamente, ao seu dispor.

E aqui fica a minha dúvida. Eu já protocolei inúmeros ofícios para a Polícia Militar, para a Polícia Civil; agora na Polícia Civil, Deputada Martha Rocha. Foi na polícia penal. A gente precisa entender por que um Deputado Federal goza de escolta particular com policiais cedidos para a Assembleia Legislativa, quando a Deputada Martha Rocha, que é Deputada Estadual, por quem eu tenho o máximo respeito, não só por ter uma brilhante colega de parlamento - aprovamos uma lei fruto de uma batalha incansável da Deputada Martha Rocha; a gente tem inúmeros *fronts* de batalhas juntos -, é uma policial honrada, ex-chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, que prendeu e combateu traficantes de drogas, milicianos -, não dispõe de um exército, de um batalhão para garantir a sua segurança.

No início deste mandato, Sra. Presidente, eu fui testemunha - porque lá estava antes de tomar posse - quando a Deputada Martha Rocha sofreu um atentado junto com a sua mãe, no carro, na Penha. O carro foi metralhado, e o servidor que trabalha à disposição da Deputada Martha Rocha foi atingido. E eu não vejo ninguém aqui sair em defesa de uma segurança para a Deputada Martha Rocha, que já fez muito por este Estado, sendo Chefe da Polícia Civil, prendendo criminosos, do tráfico ou da milícia.

O que eu vejo é uma CPI que aconteceu muito tempo atrás sobre a qual esse cidadão faz alarido até hoje. E fica surfando nessa onda até hoje. Eu não sei o que efetivamente ele fez para combater milícia, para combater crime organizado, porque o que eu vejo é ele ao lado de traficantes de droga, regozijando e dando um tapa na cara da população.

O que esse cidadão não pode fazer mais é afrontar a política, porque isso é danoso ao Deputado Márcio Pacheco e para o Governador Cláudio Castro. Se ele quer disputar a eleição, que dispute na bola. Ele apresente as suas ideias e vai ser confrontado. O que ele não pode é afrontar a política com tudo que acontece e ir para as redes sociais, como se fosse o bastião da moralidade, que não é, que não é, fazendo graça com os colegas Deputados, usando as suas redes sociais para isso e sendo acobertado pela imprensa, como é. Porque eu faço um desafio aqui às redes de televisão: por que não noticiam que eu estou protocolando a criação de uma CPI para investigar a milícia do Sr. Marcelo Freixo? Eu estou aqui dando a cara a tapa. Eu não tenho medo dele. Eu não tenho nenhum medo dele. Por que a imprensa não noticia isso?

Agora, como líder do Governo que sou neste momento, porque o Deputado Márcio Pacheco não está presente fisicamente na Sessão, e como vice-líder do Governo, faço a convocação dos Deputados da base para que assinem esse pedido de CPI porque a gente precisa dar uma resposta às seguintes perguntas. Em primeiro lugar, por que esse cidadão, que é Deputado Federal, não dispõe de um aparato das instâncias federais de segurança? Por que ele utiliza policiais cedidos à Assembleia Legislativa do Rio? Em segundo lugar, que policiais estão ao dispor do Sr. Marcelo Freixo para seus interesses pessoais? Já foram policiais penais, o que foi objeto de matéria recentemente, e agora são policiais civis. Imagine que deve haver policiais militares também. Isso para não falar dos famosos "PLs", Deputado Carlos Augusto, delegado de polícia também. Ele tem verdadeira milícia armada com armas de guerras ao seu dispor.

Eu quero deixar muito claro: a utilização de força policial em prol de interesses pessoais e particulares, no meu mundo, se chama milícia. Justamente esse hipócrita, que diz combater a milícia, é detentor de uma milícia particular, o que vai ser investigado pela Assembleia Legislativa, com a assinatura dos Deputados de bem. É uma luta do bem contra o mal. A gente tem que enfrentar a hipocrisia do Sr. Marcelo Freixo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - A Deputada Enfermeira Rejane pediu também a palavra pela ordem. V.Exa. pode se dirigir ao microfone, Deputada Enfermeira Rejane.

Antes, porém, eu quero submeter ao Plenário o seguinte: nós temos uma Sessão Extraordinária que seria realizada às 18 horas. Como nós já concluímos a Sessão Ordinária, quero o consenso de V.Exas. para antecipar essa Sessão marcada para as 18 horas.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa)
Aprovada.

A SRA. LUCINHA - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Tem a palavra pela ordem, a Deputada Lucinha.

A SRA. LUCINHA (Pela ordem) - Quero aproveitar este momento para pedir à TV Alerj que esteja presente, na segunda-feira,

com os membros da CPI que apuram as irregularidades e denúncias contra a SuperVía: superlotação, falta de acessibilidade, ausência de banheiro. Nós marcamos uma inspeção na segunda-feira, e o início da inspeção será na estação de Deodoro.

Então, estou convidando todos os membros da CPI para estarem presentes e estou solicitando à TV Alerj, para que a gente possa cumprir esse rito. Senão, tem que mandar um ofício para a TV Alerj. Hoje estamos funcionando, mas amanhã é ponto facultativo, e nós, membros da CPI, vamos fazer essa vistoria na segunda-feira, às 10 horas.

Então, eu quero pedir a V.Exa., como Presidente da Casa, que solicite aos nossos amigos da TV Alerj que estejam presentes na estação de Deodoro, na segunda-feira, às 10 horas, para cobrir o trabalho que está sendo desenvolvido pela CPI, que muito está contribuindo com a população, principalmente com os usuários que sempre reclamaram do problema da SuperVía, e agora é o momento de fazer essa inspeção.

Pode ser, Deputada Tia Ju?

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Deputada Lucinha, não vejo problema algum. Seria importante só fazer o ofício para registrar o endereço, o ponto, mas já fica registrado para a TV Alerj o pedido de cobertura dessa vistoria importantíssima da CPI da SuperVía. A Deputada Lucinha vai encaminhar, por intermédio da sua assessoria, o ofício, daqui a pouco, só a título de informação, dos detalhes de endereço e do que necessitar, mas já está solicitada a presença e a cobertura por mim, como Presidente interina.

A SRA. LUCINHA - Querida agradecer a V.Exa., Deputada Tia Ju, pela sua compreensão, tendo em vista que amanhã é ponto facultativo e já está marcada a inspeção. Agradeço a sua gentileza. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Amanhã não haverá expediente. Então, por gentileza, diretoria da TV Alerj, é importantíssima essa cobertura.

Tem a palavra pela ordem, a Deputada Enfermeira Rejane.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE (Pela ordem) - Sra. Presidente, eu pedi um pela ordem para ler uma nota de esclarecimento à sociedade friburguense e à Câmara de Vereadores de Friburgo.

V.Exa. foi testemunha dos ataques que estou recebendo daqueles vereadores. Eu fico estarecada quando um Deputado do PTB vem cobrar que a Casa, que os Deputados de esquerda façam defesa de mulheres, sem nem nós conhecermos o que aconteceu.

Eu conclamo esse Deputado a defender as Deputadas da Casa, que estamos sendo ameaçadas, estamos sendo xingadas pelos Vereadores de Friburgo.

O Deputado que me antecedeu traz aqui um monte de verdades em relação ao Deputado Marcelo Freixo, que é o nosso pré-candidato ao Governo do Rio de Janeiro, que anda com segurança, porque fez aqui dentro desta Casa uma CPI de milícias, mas também porque uma Vereadora do seu partido foi assassinada por aqueles que defendem as arminhas nas ruas.

Nós não podemos nos calar nesta Casa quando propõem aqui dentro CPIs que não existem, CPIs que são inverídicas, CPIs que vão ser assinadas pela base do Governo, como se esta Casa fizesse CPI de brincadeira.

CPIs são feitas como a CPI da Deputada Lucinha para apurarem aquilo que a população necessita, que é o transporte público, que é o transporte de trem, e não utilizar esta Casa para levantar CPI se um Deputado está com segurança. O Deputado está com segurança e, quem sabe, é a área de Segurança Pública do nosso Estado que botou os policiais lá, porque realmente tinha denúncia, realmente tinha ameaça concreta em relação ao Deputado.

Então, nós estamos solicitando que a base do Governo, que os Deputados de direita venham defender Deputadas que estão ameaçadas dentro desta Casa. É isso o que nós estamos cobrando porque, na hora de cobrar, cobram da esquerda, e a direita, o que faz? E os Deputados do PTB o que fazem em relação a isso?

Então, vamos lá, eu vou aqui fazer a nota de esclarecimento à sociedade friburguense. (Lendo)

"A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro recebeu, em 5 de abril de 2022, ofício da Vereadora friburguense Priscila Pita, em que relatava que havia sido xingada, desqualificada e provocada por um Vereador que pretendia impedir-lhe de apresentar Emendas a um PL do Executivo." (Conclui a leitura)

Esse comportamento, como vários outros comportamentos, se caracteriza como uma violência à política de gênero.

Diante deste relato, Deputados, cumprimos nosso papel como Deputada Estadual e presidente da Comissão de Defesa das Mulheres, e nos dirigimos, dentro do trato protocolar que muitos nos usam e dialogal, à Câmara de Vereadores de Nova Friburgo, usando nossa prerrogativa constitucional, e pedimos os esclarecimentos necessários sobre a denúncia recebida.

Reiteramos que a CDDM desta Casa, da qual me orgulho de ser presidente, agiu com respeito a toda população de Nova Friburgo e, em particular, à Câmara de Vereadores pois, inicialmente, compreendemos que deveria ser aquela Casa que teria o direito, o dever, de analisar os possíveis atos de quebra de decoro parlamentar.

É preciso registrar, Tia Ju, que sequer conhecemos a Vereadora vítima de agressão, pode ser de qualquer partido político, inclusive do PTB, e não somos do mesmo partido, mas nunca, jamais nos calaremos diante da agressão a qualquer mulher, qualquer uma, qualquer colega parlamentar. Temos o orgulho de levar à responsabilidade da CDDM tratar de todos os temas e proposições legislativas pertinentes à vida em sociedade que envolvam os direitos da mulher.

V. Exa. me chamou aqui dentro do plenário e me mostrou vídeos daquela Casa Legislativa que agrediam a Deputada Enfermeira Rejane, mas agridem muito mais este Parlamento Fluminense, a Alerj e as Deputadas desta Casa. Infelizmente, parte dos membros da Câmara parecem não entender, Tia Ju, que a violência política de gênero é reconhecida pelo Tribunal Superior Eleitoral, é reconhecida como uma prática política ilícita, que está definida no inciso II do artigo 5º da Lei 8.621/2019. E ela é definida como as ações, as condutas, as agressões físicas, verbais e psicológicas, inclusive sexuais, cometidas por uma pessoa ou grupo, diretamente ou através de terceiros, contra mulheres e seus familiares, com o propósito de reduzir, suspender, impedir ou restringir as suas funções inerentes aos seus cargos, como foi o caso da Vereadora de Nova Friburgo. E esta Comissão não poderia jamais se negar a defendê-la.

Nesse sentido, reitero que seguirei firme para acabar com a violência política no nosso Estado, violência de gênero, e buscar reverter a sub-representação feminina nas Casas Legislativas, pois a nossa CDDM, onde fazem parte várias e gloriosas deputadas desta Casa, inclusive V. Exa., esta Comissão atua sempre com foco na luta, na atuação pela igualdade entre homens e mulheres. E está e estará sempre pronta a apoiar e acolher amigavelmente as mulheres em sua luta por igualdade, liberdade e respeito.

Então, é isso, Tia Ju, nós não vamos nos calar. Foi muito importante a atuação de V. Exa., que passou os vídeos daquela Casa Legislativa, os vídeos dos Vereadores, que, muito pelo contrário, ao invés de fazerem o seu papel de investigação de um ataque a uma Vereadora da Casa, simplesmente começaram a atacar a Presidente da Comissão de Direitos da Mulher desta Casa.

Então, queremos e exigimos respeito com todas as parlamentares do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Deputada Enfermeira Rejane, a gente só lamenta essa postura. Sou dessa Comissão e conheço o trabalho de V. Exa. como Presidente. O seu papel foi receber a denúncia, que foi encaminhada a essa Comissão, sobre os ataques que essa Vereadora estava recebendo na cidade de Nova Friburgo. Eu a conheci há poucos dias, foi até no dia que eu sofri o acidente, ela me encaminhou uns documentos, ela já deu entrada em um processo, e a mesma está invocando, Deputada Enfermeira Rejane, o Estatuto da

Mulher Parlamentar aprovado nesta Casa, que foi a primeira lei de combate à violência política de gênero no Brasil, foi o Estatuto da Mulher Parlamentar, que é de minha autoria. Ela invocou esse estatuto e fez o encaminhamento para essa Comissão baseado no Estatuto da Mulher Parlamentar.

E, aí, eu recebi uma enxurrada, porque eu recebi os vídeos por ser autora da lei, do Estatuto, Deputada Martha Rocha, que combate a violência política de gênero, uma enxurrada de vídeos achincalhando e denegrindo, tentando denegrir a presidente da Comissão. Falas que dizem que ela não tem que se meter, que lá é outra Casa. Então, assim, um total desconhecimento dos Vereadores, um total desconhecimento. Lamentamos primeiro por isso, pelo desconhecimento. A Comissão da Mulher da Assembleia Legislativa, que é estadual, receber qualquer denúncia, o papel é fazer de forma, usando os mecanismos da Casa - e foi o que V.Exa. fez -, encaminhou o documento para aquela Casa de Leis, aquela Câmara Municipal, e recebeu em troca uma achincalhada de vídeos criticando. Ao invés de combater o crime, na verdade, cometeram outros, cometeram outros crimes de violência política contra a mulher.

Lamentamos isso, lamentamos muito pelo total desconhecimento.

E, aí, a sobra do ódio veio para mim, porque sou autora do Estatuto da Mulher Parlamentar, que combate a violência política de gênero, não é? Estamos aqui para legislar e para combater esse tipo de violência que já não cabe mais, hoje é crime tipificado - tipificado - na lei no nosso País.

Deputada Mônica, eu vou conceder a palavra pela ordem primeiro ao Deputado Waldeck e depois a V.Exa. e eu gostaria de continuar com a pauta da Sessão.

Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Waldeck Carneiro.

O SR. WALDECK CARNEIRO (Pela ordem) - Deputada Tia Ju, em primeiro lugar, eu quero me somar à manifestação da Deputada Enfermeira Rejane, minha querida amiga, que fez aqui um importante desagravo à Vereadora Priscilla, de Nova Friburgo, a quem eu saúdo também. Independentemente da coloração partidária, não se trata disso, mas no exercício da sua atividade parlamentar pretendia a Vereadora emendar uma matéria oriunda de Mensagem do Poder Executivo, e por essa intenção, que é do cotidiano da vida parlamentar, se abateu sobre ela uma pressão violentíssima, covarde, misógina, e, portanto, quero aqui me somar a essas palavras de desagravo, solidariedade e força à Vereadora Priscilla e, de modo geral, à importância, à centralidade da presença de mulheres na vida política, na vida parlamentar.

Eu, inclusive, considero um dos grandes ganhos da minha experiência aqui nesta Casa Parlamentar ao longo já de mais de sete anos a convivência com minhas colegas Deputadas nas Comissões, no plenário, nos debates. Portanto, saio daqui - este será meu último ano aqui na Assembleia Legislativa -, carregando essa marca muito positiva da minha convivência com mulheres Deputadas neste plenário.

Mas eu quero também, Deputada Tia Ju, fazer uma manifestação, porque não poderia silenciar diante das aberrações que ouvi do Deputado que antecedeu a Deputada Rejane aqui na questão de ordem, porque conheço há muito tempo, conheço de longa data o Deputado Marcelo Freixo. Conheço a sua família.

Eu me lembro aqui, não aqui neste plenário, mas no plenário Barbosa Lima Sobrinho, quando num dado momento o Deputado Flávio Serafini foi absolutamente - de forma despropositada - atacado, eu não podia deixar de me manifestar, porque também tenho com o Deputado Flávio e com a sua família uma relação histórica e conheço procedências, posições, a dignidade dessa família.

É o caso do Marcelo. Eu conheço o Marcelo, conheço o Guilherme, conheci o Renato, que foi assassinado. Inclusive, foi assassinado porque tentava, digamos, enfrentar um *lobby* criminoso que tomava conta de um condomínio do qual ele se tornou síndico. E tentando regularizar, moralizar a situação do condomínio, enfrentou um duro combate que lhe custou a própria vida. Conheço a sua mãe, que foi secretária de um curso de língua estrangeira onde eu estudei quando era estudante de graduação na UFF, então, conheço toda família.

É absolutamente inaceitável que se dirijam palavras de baixo nível, palavras acintosas, atentatórias à honra dessa família, não apenas do Marcelo como se fez agora há pouco. Mais do que isso, o Marcelo se notabilizou na vida pública já no exercício do seu primeiro mandato como Deputado Estadual nesta Casa, foi eleito para esta Casa na eleição de 2006, quando decidiu enfrentar um dos temas que é o mais complexo do Estado do Rio de Janeiro, que é o controle progressivo, ostensivo, cada vez maior do crime no território, sobretudo da Região Metropolitana.

Eu me lembro que uma vez o então Prefeito César Maia, hoje Vereador, chegou a se referir, isso no início do ano 2000, às milícias como sendo - Martha, não sei se V. Exa. se lembra - um mal menor. Porque, segundo ele, naquela época ele dizia, as milícias talvez cumprissem um papel que tinha algum tipo de benefício, trazia algum tipo de benefício para as comunidades em que atuavam.

Pois bem, de lá para cá é possível que hoje o Vereador César Maia tenha outra opinião. De lá para cá as milícias assumiram um papel deletério, danoso, gravíssimo na vida cotidiana do Rio de Janeiro, inclusive se envolvendo cada vez mais diretamente na vida pública, de início apoiando candidaturas e recentemente cada vez mais se colocando ela mesma com suas próprias candidaturas disputando o espaço da institucionalidade do Estado.

Foi esse tipo de agenda perversa, cruel, criminosa que Marcelo enfrentou aqui na Assembleia Legislativa naquela CPI. Desde então, por orientação das autoridades de segurança do Estado do Rio de Janeiro, não por vontade pessoal, por seu capricho, por algum tipo de *hobby*, mas por decisão das autoridades de segurança constituídas do Estado, ele passou a dispor de um aparato de segurança tendo em vista constantes e recorrentes ameaças que nunca cessaram desde então à sua integridade, à sua própria vida e às de seus familiares.

Então, eu acho que é preciso chamar as coisas pelos nomes que as coisas têm. O que me chama a atenção é que esse parlamentar, que é o Vice-Líder do Governo, e hoje na Sessão, no exercício da liderança, já que o Líder não está conosco neste momento, não tem interesse, por exemplo, em propor uma CPI para investigar as gravíssimas suspeitas de desvios, por exemplo, na gestão da Secretaria de Estado de Esportes do Rio de Janeiro sob a gestão do ex-Secretário Gutemberg de Paula, uma série de desmandos, inclusive uma situação absolutamente patética e deplorável de compras de bolas de basquete por um preço quadruplicado, quintuplicado, entre outras suspeitas de desvio. Colocar na rua um projeto por meio de uma instituição privada, uma contratação direta desprovida de fundamento. E esse projeto põe na rua 500 pessoas para operarem supostos núcleos de prática desportiva a serviço da pré-candidatura desse ex-Secretário, que colocou em seu lugar um sucessor na Secretaria de Esportes, mas que se desentenderam em poucos dias e não se sabe por que o Governador aquiesceu e mudou esse Secretário, tirou esse novo Secretário para atender a uma demanda do ex-Secretário Gutemberg.

Nada disso está esclarecido, nada disso está explicado e o Vice-Líder do Governo não tem nenhum interesse em investigar uma coisa concreta, tangível, que diz respeito ao interesse público, que diz respeito a supostas - não quero aqui ser leviano - práticas de malversação de recurso público, e fica trazendo para o plenário da Assembleia, com tanta pauta importante para enfrentarmos, inclusive hoje, esse discurso palanqueiro, esse discurso superficial, esse discurso improvisado, para tentar antecipar disputa eleitoral aqui no plenário. Quando se faz referência ao assassinato da Vereadora Marielle Franco, é bom lembrar o seguinte: o mais importante até agora, nesse caso, é que, até hoje, as autoridades policiais não deram resposta à questão que se faz não apenas no Rio de Janeiro, no Brasil e fora do Brasil, sobre quem mandou matar. Roni Lessa já foi apontado pelas investigações. Aliás, vizinho do Presidente da República, no condomínio em que morava, na Barra da Tijuca. Aliás, é bom lembrar que esse Gutemberg de Paula, que eu citei, cuja gestão merecia uma séria investigação por parte da Assembleia Legislativa, tem o apoio po-